



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE
SETOR DE LICITAÇÃO



Proc: ____/202__

Folha:

Visto:

EDITAL Nº 042/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 - FME
(Processo Administrativo Nº 0014/2025-FME)

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS, CÂMARA DE AR E PROTETOR PNEUMÁTICO PARA ATENDER OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

DAS PRELIMINARES

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **PIETRO E-COMMERCE LTDA**, que visa a exclusão da exigência de pneus de fabricação brasileira e marcas nacionais.

DA TEMPESTIVIDADE

Publicado o instrumento convocatório com previsão de início do certame no dia 17/11/2025, a empresa apresentou impugnação no dia 10/11/2025.

Dessa forma, nos termos do item 11.1 do Edital do Pregão Eletrônico, do [art. 16 do Decreto nº. 1108 de 2024](#) e o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) a impugnação apresentada pela referida empresa foi tempestiva.

DAS ALEGAÇÕES E DO PEDIDO

Em breve resumo:

*“A impugnante alega que a exigência de pneus **exclusivamente de fabricação nacional**, prevista no Termo de Referência, contraria a legislação e os princípios que regem as licitações públicas. Alega que a Lei nº 14.133/2021, apenas prevê a **fabricação nacional como critério de desempate** entre propostas equivalentes, não como requisito obrigatório de participação. Observou-se, ainda, que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro já havia decidido que tal exigência **restringe indevidamente a competitividade do certame**, por não haver base legal para limitar a participação a produtos fabricados no país. Assim, que a Administração teria agido de forma equivocada ao impor a obrigatoriedade de pneus de fabricação brasileira, devendo adequar o edital para permitir também o fornecimento de produtos importados devidamente certificados pelo Inmetro.”*

DA ANÁLISE DO MÉRITO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
SETOR DE LICITAÇÃO



Proc: ____/202__

Folha:

Visto:

Quanto ao item impugnado, o Termo de Referência apresenta a seguinte redação:

*3. Os pneus deverão ser de **fabricação brasileira** e as marcas **nacionais**, não reconicionados e/ou remanufaturados, contendo **certificado do Inmetro** em cada pneu, no ato da entrega. Parâmetro de qualidade: Michelin, Pirelli, Goodyear ou equivalente ou de melhor qualidade, conforme Acórdão nº 1416/2010 – 2ª Câmara/TCU.*

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no Acórdão nº 121044/2022 – Plenário, citado pela impugnante, firmou entendimento no sentido de que a **exigência de fabricação nacional é restritiva à competitividade do certame**, porquanto a legislação que rege as licitações públicas não impõe qualquer limitação quanto à nacionalidade dos produtos ou serviços, estabelecendo tal condição apenas como critério de desempate.

De igual modo, em representação referente ao Município de Venda das Flores, o Acórdão nº 58501/2021 – Plenário recomendou expressamente que:

“IV.1. Promova a retificação do item 1.1 do Termo de Referência do PP nº 31/2021 e da Planilha Orçamentária (Anexo XIV), suprimindo, de forma clara, a restrição de marca nacional relacionada ao objeto do certame, tendo em vista a ausência de justificativa para referida restrição nos autos do respectivo processo administrativo.”

Diante disso, assiste razão à impugnante, uma vez que a exigência de marcas nacionais carece de fundamentação legal e técnica, além de contrariar a jurisprudência consolidada do TCE-RJ. Ressalte-se que, ao longo de todo o processo licitatório, inclusive na fase de planejamento, **não há qualquer justificativa técnica que autorize**, ainda que de forma excepcional, a imposição de tal restrição.

Dessa forma, recomenda-se a exclusão da exigência de fabricação nacional dos produtos, bem como serem de marcas nacionais.

DECISÃO

Face ao exposto, com base nos princípios inerentes ao processo licitatório, nas disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolve julgar **PROCEDENTE** a impugnação interposta pela empresa **PIETRO E-COMMERCE LTDA**, encaminhando para Secretaria Municipal de Educação para as retificações necessárias.

Aperibé, 12 de novembro de 2025

Marcos Paulo dos Santos Montozo
Pregoeiro